

Projeto do novo Estatuto do Índio sai logo

A relatora da Comissão Especial de Revisão ao Estatuto do Índio, deputada Teresa Jucá (PDS/RR), vai entregar nos próximos dias o seu substitutivo aos vários projetos que foram propostos em substituição à Lei nº 6.001/73, que regulamenta os direitos e as obrigações dos povos indígenas e dos índios brasileiros. A data da apresentação depende apenas de um acerto com o presidente da Comissão Especial, deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA), o que ocorrerá esta semana.

Produto da fusão de três projetos (dos deputados Aloízio Mercadante (PT-SP) e Tuga Angerami (PSDB-SP), além do enviado pelo Poder Executivo) e do aproveitamento de alguns dispositivos do atual Estatuto do Índio, além de quase 60 emendas, o novo texto é uma lei moderna e avançada, segundo define a deputada Teresa Jucá. "O meu substitutivo garante aos povos indígenas todos os direitos e cria condições para que os próprios índios encontrem meios de sobrevivência auto-sustentada, respeitando-se a legislação ambiental.

Teresa Jucá explica que o Estatuto do Índio em vigor está superado e não contempla as situações que a nova realidade do País trouxe para as relações entre os índios e o restante da sociedade brasileira. "Os índios deste País nunca estiveram tão abandonados, em virtude da escassez de recursos. De acordo com o meu substitutivo, os índios passam a ter acesso garantido ao Sistema Único de Saúde e ao Sistema Federal de Ensino, adaptados às suas condições, para que eles tenham realmente o direito à saúde e à educação, como os demais brasileiros", afirmou ela.

A nova lei, segundo Teresa Jucá, tem que considerar as grandes necessidades que milhares de ín-

dios passam atualmente, embora cercados de tantas riquezas. "A maioria dos povos indígenas necessita de permanente assistência de órgãos governamentais, mas o que vemos é a Funai sem verbas e emaranhada na burocracia do Governo".

Ela informa que poucos pessoas tiveram acesso ao texto em elaboração, mas cita com orgulho a opinião do jurista Miguel Reale, a quem remeteu uma cópia. "Em carta, o eminente jurista teceu elogios e sugeriu algumas modificações em dispositivos sobre a demarcação, que segundo ele alargam em excesso os direitos dos índios, num País em que há milhões de pessoas sem terra".

Cultura — "A riqueza cultural dos índios é um de seus bens mais valiosos e a lei deve garantir a sua preservação", declara a parlamentar, que destinou dois capítulos a este assunto. Segundo Teresa Jucá, a imagem do índio hoje é um produto comercial que dá dinheiro a muita gente. "Menos ao índio, que tem sido explorado por brasileiros e estrangeiros".

Além da imagem, toda a produção material que resulte do modo de vida dos índios — artesanato, vestuário, armas, utensílios, pinturas e símbolos — deve ser garantida pelo novo Estatuto. "Há muitas comunidades indígenas que dependem da sua produção artesanal e é fundamental que esse meio de vida dos índios seja preservado e estimulado. O design indígena, que foi criado na experiência de centenas e até milhares de anos, é extremamente funcional e hoje tem sido copiado até pela indústria, sem que as comunidades recebam nada por isso", denuncia Teresa. O direito autoral sobre as obras intelectuais — música, dança, contos e lendas — ficará assegurado aos índios, segundo o projeto substitutivo de Teresa Jucá.